

N. 3 2011

REVISTA BRASILEIRA DE
Direito Administrativo
e Regulatório

MP
EDITORA

REVISTA BRASILEIRA DE
Direito Administrativo e Regulatório

DIRETOR RESPONSÁVEL
Marcelo Magalhães Peixoto

REVISÃO
Mônica A. Guedes

PROJETO GRÁFICO
Veridiana Freitas

EDITORÇÃO
Mônica A. Guedes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Orgrafic

FONTE	GARAMOND PRO TRADE GOTHIC
MIOLO	OFF SET 75 G/M ²
CAPA	SUPREMO DESIGN 250G/M ²

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2011
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2482, 6. andar
01402-000 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 2177-0476

N. 3 2011

REVISTA BRASILEIRA DE Direito Administrativo e Regulatório

COORDENADORES: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

CONSELHO EDITORIAL: André Ricardo Cruz Fontes
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Edilson Pereira Nobre Júnior
Fernando Facury Scaff
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
José Ricardo do Nascimento Varejão
Luciana de Medeiros Fernandes
Luiz Alberto Gurgel de Faria
Marcos Nóbrega
Paulo Gesteira Costa Filho
Tânia Vainsencher
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Vladimir da Rocha França



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti</i>	
BASE CONCEPTUAL DE LA CONCESIÓN ADMINISTRATIVA	13
<i>Andry Matilla Correa</i>	
1. Presentación histórica general mínima	13
2. Concepto de concesión administrativa	31
3. Características de la concesión administrativa	53
A LIÇÃO IMORTALIZADA	67
<i>Edilson Pereira Nobre Júnior</i>	
1. O jurista	67
2. O feito	69
3. O ensinamento	71
4. Um olhar para o futuro	76
Autores consultados	83
MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO-ECONÔMICO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ENQUANTO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA REPARTIÇÃO CONTRATUAL DO RISCO	85
<i>Fabio Luiz de Oliveira Bezerra</i>	
1. Introdução	85
2. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	86
3. A clássica teoria das áleas do direito administrativo	89

4. Contrato como instrumento de distribuição de riscos e a manutenção do equilíbrio econômico como garantia desta distribuição	92
5. Conclusão	97
Referências bibliográficas	97

A DESAPROPRIAÇÃO E O PAGAMENTO “PRÉVIO”: REVISITANDO UM VELHO TEMA À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	101
--	-----

Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

OS TERMOS DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA COMO INSTRUMENTO DE NORMATIZAÇÃO NEGOCIADA PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS	119
--	-----

Juliana Tôres de Vasconcelos Bezerra Cavalcanti

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: COMPETÊNCIAS PARA FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO	143
---	-----

Luís Alberto de Fischer Awazu

1. Introdução	143
2. Evolução histórica da divisão de poderes	144
2.1 Crítica à teoria clássica da divisão de poderes e o crescente aumento de funções do Poder Executivo	146
3. Separação de poderes e políticas públicas: competências para formulação e execução	148
3.1 Aspectos políticos da iniciativa de políticas públicas por meio do orçamento público	150
4. Formas de implementação, execução das políticas públicas e a separação de poderes	151
4.1 Controle judicial das políticas públicas e sua legitimidade	152
4.2 Exemplos de participação popular na execução de políticas públicas e orçamentárias	154
5. Recursos e a separação de poderes	155
6. Das políticas e a <i>accountability</i>	155
7. Conclusão	158

8. Referências	159
9. Bibliografia	159
 ESTUDO DE CASO: MODULAÇÃO DOS EFEITOS DE DECISÃO JUDICIAL MODIFICATIVA DA JURISPRUDÊNCIA	 161
<i>Marco Bruno Miranda Clementino</i>	
1. Apresentação do caso	162
2. Análise da decisão francesa	163
3. Análise da decisão brasileira	166
4. Conclusão	171
5. Bibliografia	172
 ABONO DE PERMANÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO: AQUISIÇÃO, CONCESSÃO E FRUIÇÃO	 173
<i>Tatiana de L. Nóbrega</i>	
<i>Leonardo Goes de S. Campelo</i>	
<i>João Hélio de F. M. Coutinho</i>	
1. Introdução	173
2. Evolução histórica	175
3. Definição e finalidade	177
4. Abono de permanência – hipóteses de concessão	178
5. Do lapso contributivo (isenção previdenciária) ao lastro contributivo (abono de permanência)	185
6. Efeitos financeiros do abono de permanência	186
7. Abono de permanência: questões controversas	188
7.1. Abono de permanência e aposentadoria	188
7.1.1 Servidor pode se aposentar com regra de aposentadoria voluntária diferente da que fundamentou seu abono de permanência?	188
7.1.2 Servidor aposentado pode obter abono de permanência que lhe era devido quando em atividade?	192
7.2 Natureza jurídica do abono de permanência	193
8. Conclusão	196
9. Referências	197

LIVRE INICIATIVA E LIVRE CONCORRÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 199

Vladimir da Rocha França
Catarina Cardoso Sousa França

REFLEXÕES SOBRE A COMPETÊNCIA NORMATIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS 205

Vladimir da Rocha França

1. Introdução	205
2. Princípio da legalidade administrativa na Constituição Federal	206
3. Sobre a competência regulamentar do Presidente da República e competência normativa dos Ministros de Estado	208
4. Competência normativa das agências reguladoras	210
5. Limites à competência normativa da ANA	212
6. Considerações finais	215
Referências bibliográficas	216

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA: SUPERPOSIÇÕES E CONFLITOS NORMATIVOS 219

Walber Agra

Enfoque temático	219
Repartição de competência	220
Tipos de competências	223
1. Competência exclusiva	223
2. Competência privativa	224
3. Competência comum	225
4. Competência concorrente	227
Conflito normativo na repartição de competência	229
Conceitos jurídicos indeterminados	230
Jurisprudencialização	232
Conclusão	235
Bibliografia	236